



De onde vimos? Onde estamos? Para onde vamos? (I)

Por A. Domingues de Azevedo, presidente da Direcção da CTOC

Na sequência de um novo ano, que coincidiu com o início de um novo mandato, e numa altura em que muita gente questiona a forma cada vez mais exigente do exercício profissional, impõe-se uma profunda reflexão, pois ela ajudará a determinar, de forma significativa, o caminho a trilhar. É legítimo que nos interroguemos sobre o que queremos e esperamos da profissão, mas é também inevitável que olhemos para o caminho percorrido.

Recuando até 1995, vejo uma profissão ligada a uma classe dividida entre duas associações que não tiveram até àquele momento a virtude de unir os profissionais em torno de um objectivo que congregasse as suas vontades e interesses. Vejo uma profissão descredibilizada e desacreditada nas suas potencialidades e na forma como podia e deveria ter um papel determinante na sociedade. Vejo uma profissão incompreendida e abandonada à sua sorte.

Foi para essa e por essa profissão que se concebeu e desenvolveu o actual CD-ROM, ferramenta que ajudou a introduzir patamares mais elevados de qualidade. Foi para essa profissão que apoiámos, incentivámos e desenvolvemos a desmaterialização das declarações fiscais. Foi para essa profissão que, em 1998, reunimos em torno da mesma mesa a DGCI, a DGITA, o Banco de Portugal e o INE, para concebermos uma forma única de envio de informação a partir dos elementos fiscais e que culminou nesse “milagre” de comunicação que é a Informação Empresarial Simplificada (IES). Foi para essa mesma profissão que, pela primeira vez na sua história, se definiu uma matriz de aquisição de conhecimentos académicos e práticos, considerados fundamentais para o seu exercício. Esse foi o nosso ponto de partida. Onde chegámos? Qual é hoje a credibilidade da profissão? Qual o conceito que a sociedade, os poderes

políticos, os empresários e os cidadãos em geral têm dela? Julgo ser pacífico que a imagem dos profissionais da Contabilidade e da Fiscalidade é hoje completamente diferente da que existia em 1995. Contrariamente ao que então acontecia, hoje temos pessoas mobilizadas em torno da sua Instituição.

A inscrição obrigatória não explica tudo, pois estando no exercício efectivo da profissão cerca de 32 mil TOC (aqueles que, de facto, assinam declarações fiscais), como é que se justifica que a CTOC continue com cerca de 75 mil membros? Admitindo outras interpretações, a Instituição criou mecanismos e situações de interesse que justificam a continuidade da ligação daqueles profissionais à CTOC.

O caminho percorrido até ao momento em nada envergonha, antes enche de orgulho, todos os que nele acreditaram e lutaram pela sua implementação. Hoje temos uma profissão credibilizada e aceite socialmente. E amanhã? Será que algumas ideias de facilitismo que por aí pululam, vão destruir tudo o que se construiu e obrigar os TOC do futuro a recomeçar de novo? Saberemos por onde vamos?

A resposta só pode ser uma: se queremos chegar a bom porto, e reforçar a nossa credibilidade, não tenhamos dúvidas de que só o conseguiremos através do rigor e exigência. E esse é um percurso que não é fácil, porque implica a aposta constante na qualidade, frontalidade e coragem para saber dizer «não» sempre que se coloque em risco a nossa idoneidade e seriedade profissionais. Para isso, é necessário acreditar nas pessoas que, eleitas democraticamente, representam e decidem sobre os interesses e caminhos da classe. Obviamente que não falamos aqui de infalíveis, mas tão só de pessoas com vontade de servir uma causa. Uma grande causa. ■